

O NOVO NORMAL À LUZ DE DOIS CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

THE “NEW NORMAL” IN THE LIGHT OF TWO CLASSICS OF THE BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT

Gabriel Lima de Góes¹

INTRODUÇÃO

No Brasil, não tivemos um *lockdown* nacional como ocorreu em boa parte do mundo. No nível estadual, governadores e governadoras tomaram algumas medidas para evitar a propagação do vírus, porém, as ações mais severas duraram por pouco tempo. A imprensa foi essencial para que, por algumas semanas, alguns trabalhadores pudessem ficar em casa. Quando os comentários constantes sobre a importância de ficar em casa, saindo apenas para questões essenciais, diminuíram, logo a pressão para "abrir" a economia ganhou força e governos municipais e estaduais começaram uma abertura seguindo diferentes critérios.

Antes mesmo desse processo de reabertura econômica, como ficou conhecido, já estava no debate popular a ideia de um "novo normal". Com a reabertura, esta ideia passou a circular ainda mais. Comentários sobre o uso de máscara, o distanciamento social, álcool em gel, eram acompanhados por falas que ligavam estas medidas a um novo normal.

O debate sobre normalidade é um tanto complexo. Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*, apresentou regras para distinguir o normal do patológico na pesquisa sociológica. A principal questão para o autor era a



¹ Estudante de Sociologia na Universidade Federal Fluminense. Interessado em política e na interação da mídia com a política.

identificação de uma determinada situação como normal ou não. Para isso deve-se verificar se as condições históricas que fizeram com que a situação acontecesse ainda se encontram na realidade social. Se as condições históricas são as mesmas, pode-se generalizar, apontando que tal situação como normal. A partir desta perspectiva, tanto a realidade pré-pandêmica quanto a realidade durante a pandemia no Brasil são normais. Tomando uma perspectiva sociológica crítica, porém, é possível questionar tal normalidade em ambas as realidades e na sociedade moderna em geral.

No último semestre, para a aula de Pensamento Social Brasileiro, foi pedido um trabalho que explicasse, através da obra de diferentes autores discutidos durante o curso, os processos históricos e sociais que nos teriam levado aos novo e velho normais. Este trabalho seria baseado no comentário feito por Boaventura de Sousa Santos, defendendo que a antiga e a nova realidade não seriam desejáveis ou viáveis. Produzindo o trabalho e acompanhando as discussões tanto na mídia tradicional, quanto nas redes sociais, o que me pareceu questionável era a própria ideia de novo normal. O vírus que entrou em cena não me parece ter transformado a realidade social ao ponto de ser possível considerar que este normal pandêmico é algo distante (novo) do normal pré-pandêmico. E aqui podemos retomar a indicação de Durkheim, as condições históricas do considerado antigo normal continuam presentes, apontando que não há nada de novo no normal pandêmico.

Escolhi Florestan Fernandes para basear o trabalho para Pensamento Social Brasileiro. Este ensaio, então, questiona a ideia de nova normalidade, seguindo o exemplo de Boaventura de Sousa Santos, que se colocou no debate público, e volta à obra de Florestan Fernandes, outro sociólogo que entendia a importância da participação no debate público, além de outros autores, como Maria Sílvia de Carvalho Franco, Caio Prado Júnior e José de Souza Martins, para, a partir de suas elaborações, pensar o que era o antigo

normal e defender a ideia de que a normalidade atual não configura uma nova.

O “VELHO” NORMAL

Em sua vasta obra sobre a formação social brasileira, Florestan Fernandes apontou a singularidade do capitalismo na periferia do sistema. A sociedade brasileira é fruto da expansão econômica dos Estados modernos europeus. O objetivo era a exploração de recursos naturais e da mão de obra escravizada para a acumulação de capital. Florestan aponta que a sociedade brasileira, na transição do antigo sistema para o que ele classificou como uma ordem social competitiva, falhou em incluir toda a população.

Essa ordem, um recorte analítico, seria o capitalismo ideal. A competição por recursos econômicos, por capital, estaria aberta a todos. Esta é a diferença do sistema anterior, onde a competição por recursos era limitada. Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), Florestan defende a tese de que esta ordem social competitiva não foi implementada por completo porque continuou excluindo a população negra desta disputa. A partir desta análise conseguimos entender a realidade social que funda a normalidade pré-pandêmica no Brasil. Como aponta Florestan, é uma realidade de uma ordem social que exclui determinados grupos sociais da disputa por recursos econômicos. Uma realidade, então, saindo do recorte analítico do autor, tipicamente capitalista, principalmente na periferia do sistema.

Diversos autores pensaram a realidade social que seria anterior a ordem social competitiva, como Florestan coloca. Maria Sylvia de Carvalho Franco, por exemplo, aponta como a ordem escravocrata fazia parte da ordem capitalista. Caio Prado Júnior, tratando sobre o sentido da colonização brasileira, apontou o objetivo mercantil da metrópole portuguesa. Isto é, seu



objetivo era econômico. A população sequestrada para ser escravizada no Brasil, então, era tratada como recurso econômico para o acúmulo de capital no centro do sistema.

As bases destas relações se mantiveram com a chegada da ordem social competitiva, como definida por Florestan. Por isso a exclusão da população negra da disputa por recursos econômicos. É a partir destas relações que o tido antigo normal funcionava, com a sua exploração, exclusão e, em muitos casos, execução de determinados corpos. O antigo normal é a brutalidade do capitalismo na periferia.

Neste momento de financeirização do capitalismo, as brutalidades do capitalismo na periferia se tornaram mais claras e os exemplos são diversos. Um deles é a precarização das relações de trabalho, vista com o fim das leis trabalhistas e com a consequente uberização da economia.

O antigo normal brasileiro, com bases no que foi observado por Florestan, era uma realidade de sucateamento de serviços públicos, de exploração do trabalho com menor proteção legal. Esta é a realidade, usando de maneira precária a ideia de tipo ideal, se quisermos voltar à Weber, que é experimentada por brasileiros que podem ser descritos como uma mulher negra que mora na periferia, depende dos sucateados serviços públicos — como transporte e saúde — trabalhando sem a proteção dos direitos trabalhistas enquanto cria, muito provavelmente sozinha, filhos que dependem dos mesmos serviços públicos da mãe, além da educação pública. Na vida desta família também encontramos a mão forte do Estado que chega à sua comunidade através da polícia com suas operações militarizadas.

O “NOVO” NORMAL

Estudando a formação do Brasil e pensando as diferenças entre o que seria o velho e o novo normal, chegamos à conclusão de que este novo

normal não é tão novo quanto à primeira vista. Podemos voltar à análise de Caio Prado Júnior, como comentada anteriormente, sobre o objetivo mercantil da colonização brasileira, incluindo a sua visão da escravidão, que nos ajuda a esclarecer este primeiro ponto. A escravidão moderna, como foi chamada pelo autor, partia de uma visão de que o indivíduo escravizado era um recurso econômico. Neste processo eram apagadas as ancestralidades de diversos povos que foram sequestrados para se tornarem recursos de produção de riquezas para a Europa.

Unindo estes dois pontos do autor, a colonização de exploração e o escravizado como recurso econômico, podemos entender como foi relativamente fácil para que empresários e diversos membros do governo federal defenderem a ideia deste suposto novo normal. Este novo normal que pode ser dividido em duas interpretações: a primeira, minimamente humana, defende uma vida "normal" com protocolos de segurança contra o vírus. A segunda é semelhante na defesa de uma vida normal, porém, se importa pouco com a saúde da população.

Ainda em Caio Prado Júnior para apoiar esta análise, formados enquanto sociedade por um sistema que explorava à terra sem nenhuma restrição, trazendo problemas dos quais ainda lidamos — como apontou Josué de Castro em *Geografia da fome* —, e explorava seres humanos como recursos de produção de riqueza, não poderia ser esperado nada além da defesa deste novo normal. A posição que o trabalhador e a trabalhadora brasileira atual — em sua maioria, negra — está para as elites, segue muito próxima do que esteve durante a formação do país.

Outro autor que contribui para esta análise é José de Souza Martins em *A sociabilidade do homem simples*. Martins, analisando a modernidade na América Latina e, principalmente, no Brasil, aponta que o tema da modernidade é ligado ao tema do progresso, que implica em uma realidade de países ricos, europeus, que entendem a chegada e a busca por um novo



na modernidade. O autor aponta o erro no debate inicial sobre a formação do Brasil quando defendiam que o tradicional não é moderno. Esta tentativa de diferenciação entre o que é tradicional e o que é moderno está ligada a busca pelo progresso que seria característico da modernidade. Martins, porém, defende esta relação é o que fundamenta a modernidade no Brasil e na América Latina.

A busca pela modernização é fundamental no debate social brasileiro desde o próprio lema na bandeira, como o autor aponta em seu livro, até a atualidade. A reforma da previdência do atual governo é exemplo de reforma defendida através de uma perspectiva de modernização, de uma busca pelo que é novo. Neste caso, inclusive, é notável o que Martins apresenta como típico da modernidade brasileira e latino-americana em geral: a relação entre o tradicional e o moderno. Se faz uma reforma que virtualmente impede trabalhadores de se aposentarem — reforma aos moldes da reforma do Chile, que hoje é prejudicial para a população idosa daquele país —, isto é, arcaica porque tira um direito básico da sociedade pós-guerra que é o de aposentadoria, em nome da modernização das relações.

Nada mais modernamente brasileiro, pela perspectiva de Martins, então, do que a busca por um novo normal com a pandemia. É passado para a população a ideia de que esta é a nova realidade e o que se tem a fazer é adaptar-se a tal fato. A política de COVID zero é rechaçada como inviável economicamente e "cansativa" para a população que supostamente não aguenta mais ficar em casa, por mais que países com realidades socioeconômicas semelhantes e, em alguns casos, piores do que a do Brasil tenham implementado tal política de forma exemplar.

Retomando a interpretação de Caio Prado Júnior sobre a formação do Brasil para traçar mais uma ligação entre o Brasil colônia e o Brasil atual. Como colônia, o país produzia para o mercado estrangeiro. Nesta formação da sociedade brasileira que não rompeu com suas amarras coloniais,

seguimos com o mesmo objetivo, a produção para o mercado estrangeiro. Com isso, presenciamos em 2020 o preço do arroz chegando a patamares nunca vistos, ao mesmo tempo em que o país quebrava recordes de produção durante uma crise sanitária, humanitária e financeira.

Poderia encerrar esta discussão da mesma maneira que encerrei a parte anterior, sobre o antigo normal. A realidade dessa nova normalidade — tipicamente neoliberal, vale ressaltar — é um acirramento da antiga. A população brasileira lida com os problemas que lidava na realidade pré-pandêmica, porém, agora, de forma mais radicalizada onde os sucateados serviços públicos, por exemplo, estão superlotados.

CONCLUSÃO

O velho normal brasileiro era um normal de precarização do trabalho, militarização da vida, políticas de austeridades, que são racistas, como apontado por Silvio Almeida em entrevista ao programa Roda Viva. Esta realidade, como vimos em Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, é fruto da expansão do capitalismo que fundou o Brasil baseado na exploração para o mercado internacional.

No novo normal encontramos a mesma realidade. A precarização do trabalho segue a mesma, levando a greves, como vimos em 2020, dos entregadores de aplicativo. A vida segue militarizada, com operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro mesmo com medidas judiciais em vigor que proíbem tais operações. O Governo Federal segue com suas políticas de austeridade, boicotando medidas de preservação da vida durante a pandemia, atacando o meio ambiente e a democracia.

O novo normal — seja a opção que respeita minimamente os protocolos de segurança sanitária ou a opção que respeita apenas o direito da elite brasileira de acumular capital em meio a uma crise humanitária —,



logo, não é novo. É a radicalização do processo de exploração da ex-colônia que continua dependente da metrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares. 1984.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008. Vol. 1.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata (4ª ed.)**. São Paulo: Editora, Unesp, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples (3ª ed.)**. São Paulo: Contexto. 2012.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RODA VIVA. **Roda Viva | Silvio Almeida | 22/06/2020**. 2020. (9m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0lw>>. Acesso em: 15 fev. 2021.